

LÍDER EM CREDIBILIDADE

# O DIA

R\$ 2,50  
NACIONAL R\$ 4,00  
Ano 64 // Nº 18.247

TERESINA, SEXTA, 27 DE NOVEMBRO DE 2015

## Roda Viva

Da equipe  
jornal@portalodia.com

### Contas

A Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí teve aprovadas sem ressalvas, pelo Tribunal de Contas do Estado, suas contas referentes ao exercício financeiro de 2014. O período corresponde a administrações dos desembargadores Paes Landim (01/01/2014 a 31/06/2014) e Sebastião Ribeiro Martins (01/07/2014 a 31/12/2014).

### Sexta-feira

Teresina, 27 de novembro de 2015



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**  
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

## Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

### Prefeitos

Informa-se que prefeitos estão alegando ao tribunal de contas que não dispõem de condições financeiras para manter em funcionamento um portal com informações contábeis. Segundo dizem, seria por demais oneroso e consumiria grande soma em recursos públicos. No entanto, estes mesmos gestores mantêm páginas na web para autopromoção política. Só cego não vê.



TEMPO  
Nascer: 5h27  
Pôr-do: 17h50  
Máximo: 39°  
Mínimo: 24°

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50  
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00

# JORNAL meionorte

ANO XX - Nº 8526 - TERESINA (PI), SEXTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2015



## PROPOSTA NA AL

**PEC foi protocolada e modifica a forma de escolha dos conselheiros acabando com as votações em plenário e estabelecendo concurso público para preenchimento dos cargos no TCE**

# PEC que abre concurso para conselheiro do TCE tem 10 assinaturas

**ANANIAS RIBEIRO**  
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

O deputado estadual Dr. Pessoa (PSD) protocolou quinta-feira, dia 26, com assinatura de 10 parlamentares, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que modifica a forma de escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). A proposta foi protocolada e será encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pela PEC, serão escolhidos "dois [conselheiros] alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas, indicados em lista triplíce, se-

**PEC acaba com votações em plenário e define que conselheiros serão escolhidos por concurso**

gundo critérios de antiguidade e nascimento"; e "cinco pela aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos".

"O parlamento está trocando prerrogativa por privilégio, seria para escolher [os conselheiros] entre brasileiros, não entre deputados", justificou Dr. Pessoa. O parla-

mentar sustenta que o atual modelo de escolha dos conselheiros está ultrapassado "não pode meia dúzia indicar uma pessoa para um cargo tão importante como este", disse o parlamentar do PSD. "Também tem que ter conduta ilibada. Meu objetivo é dar mais seriedade a coisa pública.

Acabar com a escolha com as votações pela Assembleia. A população não aceita mais", completou Dr. Pessoa.

Na sua justificativa para a proposta, o deputado lembra ainda que "o político sempre tem alguém que já votou nele ou alguém que já foi votado por ele e isso pode acabar gerando constrangimento na hora de julgar. A maneira mais correta seria através de concurso público com prova escrita e contemplando o conhecimento do candidato através de títulos", afirmou Dr. Pessoa.

A proposta recebeu assinatura dos deputados Edson Ferreira (PSD), Georgiano Neto (PSD), Antônio Félix (PSD), Rubem Martins (PSB), Cícero Magalhães (PT), Dr. Hélio Oliveira (PTC), Evaldo Gomes (PTC), Gustavo Neiva (PSB), João de Deus (PT). Além do autor da proposta Dr. Pessoa.



**DR. PESSOA** explica motivos que o levaram a apresentar PEC



'Não tenho nada a ver' - 26/11/2015 às 13h12

## Robert Rios nega criação de projeto para anular as multas a municípios do PI

Curtir 2

Tweet

G+ 0

Compartilhar

O deputado estadual Robert [Rios](#) (PDT) desmentiu nesta quinta-feira (26/11), que esteja criando um projeto que anule as multas aos gestores de municípios que não conseguirem prestar contas em [tempo](#) real ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A história surgiu após publicação no próprio [site](#) da Assembleia Legislativa de que o deputado estaria, junto da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), elaborando um projeto que anistiasse os municípios.

Em conversa com o 180, Robert Rios alegou que seu nome saiu como responsável pela matéria por estar presente na reunião e por ser presidente da CCJ. "Não tenho lei nenhuma apresentada, não tenho nada a [ver](#) com TCE", disse.

Publicado Por: Bruna Veloso